

JORNAL DO SINDISEAB

UM JORNAL EM DEFESA DA CIDADANIA, DO SERVIÇO PÚBLICO E DOS SERVIDORES

SINDICATO
ESTADUAL
DOS SERVIDORES
PÚBLICOS
DA AGRICULTURA,
MEIO AMBIENTE,
FUNDEPAR E
AFINS

100 ANOS DE DEVASTAÇÃO

Tragédia ambiental de Mariana (MG) reflete governo voltado para o lucro

Quando o Estado prioriza os interesses de grupos empresariais, o lucro é privatizado e custos são socializados.

Quantas vidas se perderam? Quanto tempo a natureza vai precisar para se recuperar? A recuperação é possível?

O desastre poderia ter sido evitado?

Qual o custo real de todo um ecossistema dizimado?

O rompimento das duas barragens em Mariana (MG) foi a maior catástrofe ambiental da história brasileira. Um ecossistema foi totalmente destruído. A bacia do Rio Doce foi completamente devastada. Cerca de 500 mil pessoas ficaram sem água potável. A água não serve mais para abastecimento, para agricultura ou para os animais. A Samarco foi autuada pelo IBAMA em R\$ 250 milhões.

No caminho de mais de 500 km de extensão, os 62 milhões de m³ de lama tóxica – ferro, manganês, alumínio, chumbo, arsênio, antimônio, bário, cobre, mercúrio, etc – passaram por três unidades de conservação ambiental. Ao chegar no litoral do Espírito Santo, a sujeira deve se espalhar por cerca de 10 mil km² mar adentro. Ambientalistas estimam que a natureza vai precisar de cerca de 100 anos para eliminar os resíduos tóxicos do meio ambiente.

Ocorrências - não é a primeira vez que uma barragem de rejeitos de minérios estoura em Minas Gerais. Aconteceram “acidentes” em 2001, 2003, 2006, 2007, 2009... o mais recente foi em 2014. Tão frequentes que a oposição ao então governador tucano, em 2013, tentou instalar uma CPI. A Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia



Foto: Corpo de Bombeiros -MG

Ficha corrida - sócia da Samarco, a Vale do Rio Doce ganhou há três anos o Public Eye Awards - o prêmio “Nobel da Vergonha” - por ser campeã em causar problemas ambientais, sociais e trabalhistas. A eleição ocorreu por voto popular durante o Fórum Econômico Mundial, em 2012, em Davos (Suíça). Além disso, a Vale encabeça a lista dos maiores devedores de impostos para a União: R\$ 41,9 bilhões. Quando foi privatizada, em 1997, a CUT e demais entidades da sociedade civil foram veementemente contra. Em 2006, o Tribunal Regional Federal de Brasília reabriu o processo de iniciativa popular que investiga fraude no leilão da estatal.

Legislativa (ALMG) investigaria irregularidades e danos causados ao meio ambiente e à população pela expansão e intensificação da atividade mineira, mas foi rejeitada pela maioria governista. Segundo o relatório de 2014 da Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais, 42 das mais de 700 barragens daquele estado não têm garantia de estabilidade. E pior, uma barragem três

vezes maior do que as de Mariana já está trincada!

Ambas as barragens estavam com o licenciamento ambiental vencido desde 2013, mas continuaram a operar legalmente graças à decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM – que estendeu o licenciamento até 2019. Depois do desastre, a ALMG formou uma comissão parla-

mentar para acompanhar os impactos causados pela tragédia. Dos 15 deputados estaduais, sete tiveram suas campanhas eleitorais financiadas pela Vale do Rio Doce!!!

Que lição tiramos disto? Quando o Estado deixa de cumprir o seu papel para servir seus financiadores de campanha, o povo vai sofrer! Quando laudos técnicos são ignorados e leis ambientais são burladas por manobras políticas, gerações futuras vão pagar caro por isso!

A política de meio ambiente deve servir ao país e à sua população; não à ganância das grandes corporações.



Foto: Estado de Minas

CONFIRA NESTA EDIÇÃO:

■ Nas páginas centrais:

Como foi o I Seminário Agricultura e Meio Ambiente.

■ Na página 04

*Orientações para os que lutam pelo enquadramento.

* Liberdade sindical em risco.

* Servidores do DIOE lutam pela manutenção do restaurante.

I SEMINÁRIO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Para metas ambientais, SEAB e Sistema SEMA dependem de renovação de quadros funcionais

O evento tratou das pautas dos servidores, bem como do papel social das instituições da Agricultura e do Meio Ambiente face aos desafios ambientais que se apresentam urgentes.

Cerca de 90 pessoas participaram do I Seminário Agricultura e Meio Ambiente - Onde Estamos? Aonde vamos? - realizado pelo SINDISEAB nos dias 22 e 23 de outubro de 2015.

A abertura contou com o prestígio do Secretário Geral da CUT-PR, Márcio Kieller, que elogiou a iniciativa do SINDISEAB e destacou que "sindicatos cidadãos se preocupam com temas que vão além dos interesses socioeconômicos." Confira o que foi discutido:

Mudanças climáticas - a engenheira agrônoma e pesquisadora Rosana Clara Victoria Higa (Embrapa Florestas/PR) abordou "as atualidades e perspectivas na agricultura e meio ambiente". Os cientistas já consideram as mudanças climáticas irreversíveis, a não ser que haja remoção de CO₂ da atmosfera em grande escala. Mesmo assim, entre 15% e 40% do CO₂ deverá permanecer no ambiente por cerca de 1.000 anos.

Desde a ECO 92, quando foi criada a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima (UNFCCC), os países vêm discutindo o aquecimento global e estabilização da emissão dos gases de efeito estufa (GEE). Em 1997, o Protocolo de Kyoto definiu a meta de diminuição em 5% (em relação a 1990) para os países em desenvolvimento. A partir de 2007, foram definidas as reduções de

emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e degradação florestal em países em desenvolvimento (REDD). O Brasil trabalha em duas frentes:

- * (1) **mitigação** - sequestro de carbono (vegetação, biomassa e solos); redução de emissões de GEE; e adoção de Sistemas Sustentáveis;
- * (2) **adaptação** - melhoramento genético e biotecnologia para tolerância ao aumento de calor e CO₂; adaptação de sistemas produtivos nas comunidades; e na prevenção e redução de vulnerabilidades.

Para tanto, a Embrapa monitora os diversos setores: energia, processos industriais, agropecuária, manejo de terras, de florestas e tratamento de resíduos. O setor agrícola representa 23% do PIB nacional (cerca de R\$ 1,1 trilhões) e 35% dos empregos no país. Se continuar com as mesmas práticas de hoje, até 2050, as perdas consequentes das alterações do clima podem chegar a US\$ 4 bilhões/ano.

Para a pesquisadora, as políticas públicas nacionais e locais devem ser coerentes e integrar a gestão de vulnerabilidades com os riscos climáticos. Por isso, o Plano Nacional da Agricultura inclui um conjunto de estratégias:

- Plano Setorial de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - Plano ABC;
- Zoneamento Agrícola de Risco Climático;
- Armazenagem e beneficiamento da produção;



- PROAGRO;
- Seguro da Agricultura Familiar - SEAF;
- Política Nacional 206 de Agroecologia e Produção Orgânica;
- Código Florestal Brasileiro.

Entre os desafios, a agrônoma destaca a qualificação e incentivo à adesão de técnicos e de produtores rurais para a adoção de sistemas produtivos e de tecnologias que permitam o aumento da resiliência (capacidade de voltar ao normal), a adaptação e o uso de energias renováveis, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. O objetivo é reduzir os riscos e minimizar os impactos das mudanças do clima na agricultura por intermédio do Plano Nacional de Redução de Riscos e Desastres que faz parte do Plano Nacional de Adaptação à mudança do clima.

O Governo Federal vai participar da 21ª Conferência do Clima (COP-21) que acontece agora em dezembro, em Paris. O Brasil vai apresentar uma série de metas ambientais. Para tanto, pretende fortalecer o Código Florestal em âmbito nacional, estadual e municipal. Além disso, vai ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas (georeferenciamento e rastreabilidade) para desestimular práticas ilegais e insustentáveis. A principal estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura é a implementação do Plano ABC.

Instituições do Meio Ambiente - a mesa reuniu o Secretário da SEMA, Ricardo José Soavinski; o Diretor de Bacias Hidrográficas do ÁguasPR, Everton Luiz da C. Souza; o Diretor Presidente do ITCG, Amílcar Cavalcante Cabral; e Euziane de Souza Campos, Chefe do DRH do IAP.

Soavinski destacou as experiências paranaenses positivas como o plantio direto, o ICMS ecológico e as medidas de proteção aos mananciais. Elencou ações da SEMA como o inventário de emissões de GEE de 2005 a 2012; a criação do Selo Clima Paraná (bronze, prata e ouro) que conta com a adesão voluntária de empresas; o programa Bioclima; a regulamentação do PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) e do programa de revitalização do Rio Iguaçu.

Para cumprir a parte do Paraná nas metas nacionais de Mitigação e Adapta-

ção, um instrumento importante é a Lei 17.133/2012 que instituiu a Política Estadual sobre Mudança do Clima (regulamentada pelo Decreto Nº 9085/2013). A SEMA está desenvolvendo também um sistema de informação em conjunto com o Simepar e Defesa Civil para minimizar riscos de acidentes. Soavinski propõe que a administração dos parques tenha participação comunitária - a exemplo da Chapada dos Veadeiros - "as pessoas se tornam grandes defensoras do parque", defendeu, "trazendo renda para a população do entorno".

O secretário da SEMA disse que ainda existem muitas frentes a serem trabalhadas como energia e escoamento de safra agrícola por via férrea, pois "os caminhões produzem emissões altíssimas". "Muitas áreas ainda precisam de recuperação em médio e longo prazo", para isso, "é preciso reforçar a equipe nas nossas instituições", disse, "senão sair vai colapsar!" O secretário reafirmou que o concurso para as 160 vagas para o Sistema SEMA já estão pré-autorizadas pelo governador. Quanto à data de abertura do concurso: "não sei se sai esse ano", concluiu.

Amílcar Cabral destacou as atividades do ITCG como a regularização fundiária de terras devolutas; a regularização de imóveis particulares de pequenos produtores e agricultores familiares (em média de 10 hectares); melhoramento do sistema de informações do ITCG; e o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) feito pelos servidores. O público presente questionou a afirmativa, dizendo que o ZEE foi feito por comissionados e que a participação dos servidores foi restringida.

Everton Souza contou que o Instituto das Águas tem feito um esforço de trazer a sociedade para participar do processo de gestão através dos comitês e agências de bacias. Segundo ele, a gestão das águas pode ser dividida em três grandes áreas:

- * agência reguladora de serviços de água e esgoto;
- * ações de saneamento ambiental, incluindo esgoto e drenagem urbana, através da parceria entre as fábricas de tubos com os municípios;
- * e perfuração de poços para fornecimento de água potável no meio rural.



Metas do Brasil para a 21ª Conferência do Clima

* até 2025

- redução das emissões de GEE em 37% abaixo dos níveis de 2005.

* até 2030

- redução das emissões de GEE em 43% abaixo dos níveis de 2005;
- desmatamento ilegal zero na Amazônia brasileira;
- compensação das emissões de GEE pela supressão legal da vegetação;
- reflorestamento de 12 milhões de hectares de florestas;
- restauração de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas;
- incremento de 5 milhões de hectares de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta.



• FONE/FAX: (41) 3253.6328
 • E-MAIL: sindiseab@sindiseab.org.br
 • SITE: www.sindiseab.org.br

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINDISEAB | Órgão de divulgação do Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, Funepar e Afins. **Endereço:** Rua Dr. Manuel Pedro, 729 - Cabral - Curitiba/PR - CEP 80035-030 | **Fone/Fax:** (41) 3253.6328 | **E-mail:** sindiseab@sindiseab.org.br | **Site:** www.sindiseab.org.br | **Jornalista Responsável:** Cláudia Maria de Moraes (MTB 3186) **e-mail:** jornalismo@sindiseab.org.br | **Projeto gráfico e diagramação:** Excelência Comunicação | **Tiragem:** 2.000 exemplares | **Impressão:** Mega Gráfica Editora (3598.1113) | **Distribuição Gratuita e Dirigida** | Os artigos não assinados são de responsabilidade da Diretoria.

DIRETORIA EXECUTIVA ESTADUAL: **Presidente:** Roberto Carlos Prazeres de Andrade Silva (SEAB/Curitiba); **Vice-Presidente:** Luiz Carlos Dalpiaz (IAP/Curitiba); **Secretária Geral:** Donizetti Aparecido Rosa da Silva (SEAB/Maringá); **1º Secretário:** Elci Terezinha Veiga Costa (IAP/Ponta Grossa); **2º Secretário:** Heitor Rubens Raymundo (IAP/Curitiba); **Tesoureira Geral:** Maria Auxiliadora Fernandes (BPP/Curitiba); **1º Tesoureiro:** Mário do Rocio Kulyk (IAP/Francisco Beltrão); **Conselho Fiscal:** Arthur Bintencout Filho (SEAB/Guarapuava); Antoninho Fontanella (SEAB/Francisco Beltrão); Milton Vasconcelos Guedes (ADAPAR/Curitiba).



Já a chefe do DRH do IAP esclareceu as dúvidas dos servidores sobre os processos de promoções e progressões (em 20 de novembro, no Diário Oficial nº 9580, a SEAP publicou as resoluções nºs 3468 e 3471 determinando a implantação das progressões por antiguidade e por titulação para o QPPE); e afirmou também que as horas extras nas unidades de conservação e viveiros foram aprovadas.

Instituições Agropecuárias - Norberto Anacleto Ortigara, Secretário da SEAB, revelou que enquanto o país atravessa a crise econômica, o setor de agricultura continua abrindo vagas de emprego. Ortigara detalhou toda a estrutura organizacional da SEAB e de suas vinculadas, explicando as funções e como é composto o quadro de pessoal de cada órgão:

- * ADAPAR - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná;
- * CPRA - Centro Paranaense de Referência em Agroecologia;
- * EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- * IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná;
- * IFPR - Instituto de Florestas do Paraná;
- * CEASA - Centrais de Abastecimento do Paraná S.A.;
- * e CODAPAR - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná.

Na ADAPAR - que faz prevenção, controle ou erradicação de pragas e doenças que colocam o agronegócio em risco - o número de técnicos ainda é muito aquém do ideal. A instituição deveria ter 513 técnicos agropecuários, mas tem menos da metade: só 250 (48,7%). O número de técnicos de laboratório ideal seria de 20, apenas 5 estão trabalhando (25%).

O CPRA conta com apenas 23 servidores trabalhando. E pior, a idade média destes servidores é de 53 anos. Ortigara apresentou o quadro da necessidade de concurso: 69 vagas. O órgão é responsável por programas importantes como o Projeto do Sistema Estadual de Agricultura em Agroecologia na Região Metropolitana de Curitiba; pela construção de Termo de Cooperação SANEPAR X CPRA para ação conjunta em Agroecologia nos Mananciais

do Iraí, Piraquara II e Miringuava; Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos em parceria com a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Ensino Superior e Universidades Estaduais; e pela capacitação dos Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural em parceria com a EMATER.

Já a EMATER, órgão responsável pela assistência técnica e extensão rural, tem 1.232 pessoas em seu quadro funcional: 1.058 celetistas (85,9%) e 174 estatutários (14,1%). Conta ainda com mais 225 servidores cedidos para a autarquia. Quase metade do pessoal da EMATER está na faixa etária entre 50 - 59 anos (48,9%). A SEAB está separando R\$ 34 milhões para promover um Programa de Demissão Voluntária (PDV) até 19 de fevereiro de 2016 e abrir mais 400 vagas para renovar o quadro da instituição em 1º de março.

A lei 18.005/2014 prevê 1232 servidores no IAPAR mas o órgão conta com apenas 621 estatutários, com idade média de 50 anos. Destes, 123 servidores estão em Abono Permanência. Existem, no entanto, muito mais gente trabalhando no IAPAR: 04 comissionados; 159 estagiários; 112 bolsistas; 10 voluntários, 321 terceirizados e 06 cedidos por outros órgãos. Totalizando 1233 pessoas na instituição que é responsável por programas de pesquisa em diversas áreas como Agroecologia, Energias Renováveis, Recursos Naturais, Sistemas de Produção, Cultivos Florestais, Produção Animal, Cereais de Inverno, Pecuária de Leite e Corte e, ainda, Integração Lavoura, Pecuária e Floresta.

IFPR atua na coordenação do desenvolvimento de florestas plantadas no Estado do Paraná. Administra 13 fazendas de reflorestamento numa área total de 33.712,97 ha. Tem apenas 59 servidores atuando (idade média de 54 anos), quando a necessidade é de 89.

As CEASA - cuja missão é garantir o abastecimento e promover a segurança alimentar dos paranaenses - tem no quadro atual 70 funcionários, quando o previsto é 103. A idade média é de 55 anos. O principal desafio das CEASA é modernizar



a estrutura já obsoleta e adequar todas as concessões a empresas permissionárias à legislação. O governo já autorizou a contratação de empregados por prazo determinado para Implantação de Programa necessário à Segurança Alimentar.

A CODAPAR tem 359 servidores celetistas com idade média também de 53 anos. A empresa fomenta a produção e coordena o armazenamento e o escoamento de produtos agropecuários no Paraná.

Ortigara apresentou ainda os números da própria SEAB. O quadro de pessoal é composto por 213 servidores do QPPE; 69 comissionados; e 57 cedidos por outros órgãos; totalizando 339 pessoas. A média de idade na sede é de 54 anos; nos núcleos regionais é de 52 anos. De um modo geral, revela-se pela média de idade que a secretaria precisa renovar seus quadros. Entre os desafios está a necessidade de repassar o conhecimento acumulado pelo mais antigos para os novos servidores que virão. O Secretário da Agricultura destacou ainda que as diretrizes da SEAB são garantir renda no campo, sustentabilidade, qualidade de vida e segurança alimentar.

Economia - os economistas Cid Cordeiro (SINDISEAB) e Sandro Silva (DIEESE/PR) abordaram os aspectos político-econômicos do ajuste fiscal adotado pelo Governo Richa. As finanças estaduais estavam "no fundo do poço". O furo do caixa da gestão anterior estava entre R\$ 3 bi e R\$ 5 bilhões.

A partir de abril, com os recursos da sobretaxa do IPVA (R\$ 800 mil) e do ICMS (R\$ 1,2 bi), houve recuperação financeira da receita estadual em 39,67%. O crescimento se manteve nos meses subsequentes (maio: 18,96%; junho: 26,67%; julho: 22,23%; em agosto 12,41%). Só do Fundo Previdenciário da Paraná Previdência, foram retirados R\$ 1,6 bi. O governo deixou de repassar a parte patronal referente aos aposentados e pensionistas: R\$ 220 milhões/mês. Além disso, os recursos dos fundos estaduais como o do Meio Ambiente e da Infância e da Juventude foram integrados ao Caixa Único. Por outro lado, Richa promoveu cortes severos no custeio das instituições. Somente na SEAB, a queda no custeio foi de 76,75%.

Cordeiro avalia que a Lei 18.493/2015 (data base) prevendo reajustes dos servidores até 2017 foi uma conquista incontestável diante do cenário de recessão da economia brasileira, que deve durar mais dois anos. Entre todos os estados da Federação, somente o Paraná conseguiu aprovar em lei que a inflação será zerada até 2018, com o acréscimo de 1% de ganho real. Agora, em janeiro de 2016, o reajuste previsto é de 10%.

Já o economista Rogério Machado Limonti Tiburcio (DIEESE-BR) contou a história econômica do Brasil desde a proclamação da República até os dias atuais. Explicou como se desenvolveu a estrutura estatal, o sistema de arrecadação de impostos e distribuição de riquezas no Brasil. Segundo ele, a crise fiscal do Governo Federal é diferente da estadual pois não ocorreu pelo excesso de gastos; mas pelo exagero de subsídios ao setor privado, deixando de arrecadar assim cerca de R\$ 100 bi. Outro problema é a dívida pública, o Brasil vai pagar R\$ 338 bi em juros somente este ano.

Previdência - Ludimar Rafanhim disse que "a discussão previdenciária no Brasil e no mundo é muito recente. Nosso Regime Geral da Previdência tem apenas 25 anos (1990). Somente em 1998 ocorreu a separação entre previdência e assistência e saúde. Previdência tem que ser pensada a longo prazo." Segundo ele, as sucessivas alterações nas leis que regem a previdência tiveram o objetivo "de fazer com que os servidores trabalhassem o máximo, ganhando menos possível, e que os aposentados ganhassem menos". Ao contar a história dos regimes de previdências no Brasil para o setor público, Rafanhim defende o debate. Até mesmo a política de terceirizações reflete na previdência dos servidores. "É preciso que servidores e governo aprofundem o conhecimento das questões previdenciárias para que os sistemas se sustentem ao longo do tempo", concluiu.

Jurídico - Na plenária final, os servidores debateram os itens da pauta de reivindicações 2015 com a Direção Estadual do sindicato e ficaram atentos às orientações.

A advogada da SINDISEAB, Fabiana Pedrozo, esclareceu que os processos de enquadramento devem ser vistos caso a caso. Cada servidor precisa verificar se sua documentação está completa e adequada ao que foi pedido.

Cada um deve também acompanhar o andamento de seus processos administrativos junto ao seu recursos humanos. "Tudo o que for requerer faça por escrito", explicou. "Assim como existe o prazo para pedir, tem o prazo para o governo responder. Noventa dias é um prazo razoável para o Estado responder administrativamente", concluiu.

O sindicato não pretende entrar com ação judicial para enquadramento, mas para indenização de disfunção pelos últimos cinco anos. Sobre as ações de promoção e progressão, é preciso anexar as fichas financeiras de todo mundo para atualizar valores. Em caso de dúvidas, entre em contato com o sindicato.



ENQUADRAMENTO

Orientações do sindicato

Assim que o Governo anunciou que não enquadraria mais ninguém, o SINDISEAB junto com o Fórum Estadual de Servidores (FES), já se reuniu duas vezes com a SEAP; três vezes com os assessores jurídicos e com autoridades da ALEP e do MP-PR.

O tema também foi discutido na reunião da Diretoria Executiva. O SINDISEAB vai fazer a triagem dos processos para subsidiar e orientar os associados quanto às providências administrativas e jurídicas.

Além disso o enquadramento foi discutido com os interessados nas plenárias dos 17 núcleos sindicais que apon-taram, coletivamente, duas alternativas aos associados:

Processos administrativos - analisar caso a caso e impetrar recursos administrativos pertinentes. O SINDISEAB e o FES permanecem firmes na luta pelo reconhecimento do direito de quem ainda não foi enquadrado em relação aos já enquadrados, pelo princípio da isonomia. Por isso, mantém contato permanente com ALEP-PR, SEAP, PGE e MP-PR. No dia 19 de novembro, o MP-PR informou que já enviou um ofício para a SEAP solicitando informações detalhadas de todos os processos como a listagem dos nomes; quais estão deferidos; quais estão indeferidos e os porquês do indeferimento.

Os sindicatos poderão se habilitar para ter acesso a todas informações apresentadas pela SEAP e fazer contestações. Depois disso, todos os casos serão avaliados pelo MP-PR, que só

então enviará uma a recomendação à PGE. A promessa é que, para os que já estão com os enquadramentos deferidos, a recomendação será pela aplicação do princípio da isonomia com os mesmos critérios objetivos aplicados aos que já foram enquadrados.

Processos judiciais - propor ações judiciais indenizatórias em que pode ser requerida a diferença salarial dos últimos 5 anos pelo desvio de função. Essa diferença é aferida pelo valor que o servidor deveria receber se tivesse sido enquadrado menos o que ele recebe, de fato, no contracheque. Os nossos associados têm assistência jurídica gratuita.

Confira os documentos

- Cada servidor deve tirar cópia integral e atualizada de seu processo de enquadramento (capa a capa);
- Dossiê/histórico funcional (solicite ao RH);
- Ficha financeira (Solicite ao RH);
- Cópia do RG e CPF;
- Período (data do início e término do desvio de função);
- Cargo de ingresso (que está no dossiê);
- Cargo exercido e pretendido (que requereu para ser enquadrado);
- Fazer um resumo explicativo da situação (máximo 30 linhas).

IMPrensa Oficial

Servidores reclamam do fechamento do restaurante do DIOE

Entre servidores públicos, estagiários e funcionários terceirizados, cerca de 90 pessoas almoçam todos os dias no restaurante que funciona dentro do prédio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, na Rua dos Funcionários, 1.645.

No entanto, a partir de 21 de novembro de 2015, o estabelecimento vai encerrar suas atividades. Segundo uma funcionária do DIOE-PR, vai ser difícil encontrar na região um restaurante que suporte a demanda pelo preço equivalente ao do DIOE-PR, onde a refeição custa em torno de R\$ 9,00. Os servidores do DIOE-PR não recebem vale-refeição.

O SINDISEAB enviou ofícios ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná - DIOE; Secretaria

de Estado da Cultura e à Secretaria de Administração reivindicando a manutenção das atividades do restaurante.

Caso seja fechado, o sindicato requer a concessão de um auxílio refeição, uma vez que a instituição tem patrimônio, receita própria e autonomia administrativa, técnica e financeira. Reivindicou também a criação de um Quadro Próprio do DIOE para a reposição de pessoal estatutário e a contratação de pessoal para a gráfica.



Atenção - para os associados que não estão na ação judicial de enquadramento e desvio de função de 2012, a ficha financeira é desde janeiro/2010 até hoje. Para quem está na ação, a ficha financeira deve ser de 10/05/2007 até hoje, para quem está na ativa; e para quem se aposentou, até a data da aposentadoria.

Prazo - após providenciar os documentos solicitados (arquive uma cópia) envie por sedex ou entregue pessoalmente no sindicato. Exija sempre, tanto no sedex quando na entrega em mãos, o comprovante de entrega ao SINDISEAB com identificação de quem e quando recebeu. A postagem ou entrega pessoal deverá ocorrer até 11/12/2015.

LIBERDADE SINDICAL

Fórum de Servidores quer fim de perseguição aos sindicatos

O governo Beto Richa tem adotado uma série de medidas para inviabilizar a organização sindical e assim, indiretamente, enfraquecer a defesa dos direitos dos servidores públicos.



A perseguição aos sindicatos acontece de diversas formas: dificultando a sindicalização; restringindo a liberação de dirigentes; cortando remunerações de liberados; e através de processos judiciais.

Em 21 de outubro, dirigentes do Fórum Estadual de Servidores (FES) se reuniram com o Superintendente do Trabalho, Jorge Leonel de Souza (que é ligado à UGT - União Geral dos Trabalhadores), para expor as práticas antissindicais do Governo do Estado do Paraná e cobrar providências. Souza pediu mais informações (que já foram enviadas) e se comprometeu a levar nossas reivindicações à PGE. Confira o que foi discutido:

Filiação não é empréstimo - ao se sindicalizar, o servidor precisa, além de assinar a ficha de filiação, disponibilizar sua senha para empréstimo consignado. O Governo contabiliza o valor da mensalidade sindical como se fosse margem consignável. Isso induz o servidor que precise fazer empréstimo a se desligar do sindicato. O FES defende que a assinatura do servidor seja suficiente para a sindicalização.

Liberação de dirigentes - o FES quer também a revisão do número de dirigentes liberados. Atualmente são, no mínimo, três liberados por sindicato; e mais um liberado a cada dois mil servidores sindicalizados, até o limite de oito. O Fórum reivindica que se mantenham as três liberações mínimas; mais

um liberado a cada mil filiados ao sindicato, até o limite de 11.

Cortes nas remunerações - para desestimular a participação de servidores nas entidades, desde 2014, Beto Richa cortou as gratificações de dirigentes liberados para os sindicatos. Isso afronta tanto a Lei Estadual 10.981 (Art. 1º e Art. 4º) quanto à Constituição Estadual (Art. 37, § 2º) que garantem "todos os direitos inerentes ao cargo" para dirigentes liberados para atuação sindical "sem prejuízo dos vencimentos, vantagens e ascensão funcional, na forma que a lei estabelecer." Nosso dirigente Donizetti Silva foi duplamente prejudicado. Além do corte da GEEE, seu processo de enquadramento foi indeferido por estar liberado. O mesmo aconteceu com o processo da nossa tesoureira, Maria Auxiliadora Fernandes. Em 2010, no entanto, servidores na mesma situação foram enquadrados. Inclusive liberados para mandato sindical.

Processos judiciais aos grevistas e entidades - o FES exige que o acordo para o fim das greves seja cumprido com a suspensão dos processos. Já foram retirados os processos contra as universidades, mas ainda tramitam ações judiciais contra a APP e o Sindarspen.